

A509613

# Emancipação aprovada no plebiscito de Marataízes

32

Cachoeiro (Surusal) — Com a participação de 51% do eleitorado no plebiscito realizado domingo, em Marataízes, foi aprovado o desmembramento da balneário do município de Itapemirim, por 3.738 votos contra 1.187. Dos 10.069 eleitores aptos a votar, 4.954 não opinaram sobre a emancipação política, deixando de comparecer às urnas. Votaram em branco 115 e 75 anularam seus votos.

A votação ocorreu das 8 às 17 horas e a apuração, realizada no Iate Clube de Marataízes, teve início às 18h40m, estendendo-se até as 20h30m, quando foi anunciado o resultado oficial do plebiscito. A vitória do **Sim**, que teve 73% dos votos apurados, foi comemorada com euforia pelos defensores do desmembramento, proposto pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Valci Ferreira.

## Contestação

A Prefeitura de Itapemirim, contudo, através do procurador-geral do município, Maurício Galante, questiona a validade da consulta popular. “Não foi obtida a maioria absoluta dos votos, além do fato de o processo legislativo para a realização do plebis-

cito ser alvo de irregularidades”, considerou. Segundo disse, a lei em vigor sobre realização de plebiscitos é a de número 13, que prevalece para a consulta e não a de autoria do deputado Marcos Madureira (PDC), que classificou de “casuística”.

A Procuradoria Geral de Itapemirim impetrou recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) impugnando todas as 36 urnas. Conforme Maurício Galante, foi autorizada pela própria Justiça Eleitoral a participação no processo de todos os eleitores daquela zona, independentemente da data de emissão de seus títulos. “Essa autorização contraria resolução do próprio TRE”, argumenta. A juíza eleitoral de Itapemirim, Lúcia Helena Lorenzini, entretanto, afirma que a relação de eleitores aptos a votar no plebiscito foi enviada pelo TRE.

O prefeito Erivelto Porto Meirelles, contrário ao desmembramento, não foi localizado ontem na Prefeitura. Segundo o procurador Maurício Galante, a sua posição é de “tranquilidade”, salientando que terá que haver uma nova consulta. “O **Sim** deveria ter alcançado 50% dos votos mais 1, atingindo 5.034 votos”, enfatizou.